



The Observatory of Social
and Political Elites of Brazil

ISSN on line
2359-2826

As candidaturas indígenas nas eleições gerais de 2014

Tiemi Costa (ufpr/ppgas)
Adriano Codato (nusp/ufpr)

newsletter

v. 1 ▪ n. 6 ▪ dezembro, 2014

universidade federal do paraná (ufpr) ▪ núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

As candidaturas indígenas nas eleições gerais de 2014

Tiemi Costa (ppgas/ufpr) *

Adriano Codato (nusp/ufpr) **

Resumo: Em 2014 o TSE utilizou, pela primeira vez, o critério “cor/raça” para fazer o registro dos candidatos aos cargos de Deputado(a) Estadual, Deputado(a) Federal, Governador(a), Senador(a) e Presidente da República. Em um universo total de 21.787 candidaturas válidas (reunindo brancos, negros, pardos, amarelos e indígenas), houve o registro de 74 indígenas. Essa nota de pesquisa mapeia o perfil social e o perfil político dos candidatos indígenas nessas eleições.

I. Os dados

De acordo com os dados divulgados pelo TSE em 2014, 21.787 indivíduos se inscreveram para concorrer às eleições. 74 se declararam indígenas (0,34% do universo) e dois foram eleitos deputado estadual.

A maior parte das candidaturas indígenas disputou o cargo de deputado estadual: 49 representando 66,2% do total. Para deputado federal foram registradas 19 candidaturas (25,7%); para os cargos de deputado distrital e senador, duas (2,7%); e, por fim, para vice-governador e segundo suplente foi registrada apenas uma candidatura (1,4%).

A natureza dos dados aqui abordados, contudo, levanta algumas questões iniciais.

O critério de autodeclaração tem se mostrado bastante polêmico – especialmente no tocante às ações afirmativas – justamente por não haver um consenso a respeito do tema. Por um lado, existe a possibilidade de candidatos não indígenas, ou então, não reconhecidos como indígenas pelas suas comunidades ou locais de origem, terem se declarado como tais.

Por outro lado, candidatos que poderiam ter se declarado indígenas, talvez tenham optado (ou se vejam como pertencentes) a (também) outra categoria: “pardos”, por exemplo. Nesse sentido, devemos olhar para os números divulgados pelo TSE a partir de uma perspectiva que nem simplifique o contexto de sua produção, nem que duvide da idoneidade das declarações, mas que leve em conta o fato de que esses números foram produzidos a partir de critérios diferentes de pertencimento e muito particulares.

II. Quem são eles?

No tocante ao perfil social dos indígenas é possível observar na Tabela 1 que há a preponderância de candidatos do sexo masculino (66,2%) em relação ao feminino (33,8%). Essa desproporção acompanha a desproporção geral de candidatos de outras etnias nas eleições no Brasil.

Tabela 1. Perfil social dos candidatos indígenas nas eleições de 2014

		Sexo					
		feminino			masculino		
		N	%	média	N	%	média
cor	indígena	25	33,8%		49	66,2%	
	curso superior completo	9	36%		22	44,9%	
educação	curso superior incompleto	4	16%		6	12,2%	
	sem curso superior	12	48%		21	42,9%	
situação conjugal	casado	8	32%		25	51%	
	não casado	17	68%		24	49%	
idade na data da eleição				43		44	

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil/NUSP

Sobre a situação conjugal, o número de não casados merece destaque: entre o sexo feminino as não casadas representam 68% do total, e entre o sexo masculino, 49%. Considerando tais dados em relação à média de idade entre os ocorrentes de ambos os sexos – 43 anos para as mulheres, e 44 para os homens – devemos ponderar que a situação conjugal também é autodeclarada (tal como o critério de cor/raça). Nesse sentido, a conformação de laços afetivos, de matrimônio, de união, etc. entre os indivíduos também pode oscilar, resultando em variadas percepções a respeito da sua própria condição. Vale ressaltar a histórica presença de instituições religiosas em aldeias indígenas, bem como a grande circulação de indígenas pelos centros urbanos que, potencialmente, seriam elementos que sugeririam o casamento religioso – o que não se observa nas declarações dos dados divulgados pelo TSE.

Em relação à escolaridade dos candidatos, verificamos que os indígenas com curso superior completo representam 36% do total entre as mulheres e 44,9% entre os homens. Aqueles com curso superior incompleto, 16% e 12,2%, respectivamente. Nesse sentido, mais da metade dos candidatos indígenas já frequentaram ou estão frequentando universidades. Tal dado é significativo se levarmos em conta número de candidatos que se identificaram como professores, especialmente no nome escolhido para aparecer na urna no momento da escolha (ver o Quadro do Anexo I). Ainda sobre o “nome de urna”, na designação do TSE, dos 74 candidatos, menos de

25 explicitaram seu pertencimento étnico/seu povo no nome político (Manoel Kaxinawa Professor Sansao Tikuna Fidelis Baniwa Justina Ticuna Zaqueu Kaingang Kaka Wera, etc.).

III. Que profissões exercem?

Na Tabela 2 devemos observar o número de candidatos que se identificaram como professores: nove, a maioria de partidos de esquerda. Há um professor de ensino superior (PSOL-AC), dois do fundamental (PSOL-CE e PSTU-MS), um de ensino profissional (PSOL-MS) e cinco do ensino médio (PDT – AP; PSC – AP; PT – BA; PC do B – RS; e PSTU – SP).

Tabela 2. Profissões declaradas dos candidatos indígenas nas eleições de 2014

	frequência	Porcentual
trabalhadores em geral	18	24,3
funcionários públicos	11	14,9
profissionais liberais/diplomas superiores	10	13,5
professores de todos os níveis	9	12,2
estudantes	4	5,4
políticos de carreira	2	2,7
empresários	2	2,7
outras profissões	18	24,3
Total	74	100,0

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil/NUSP

Ainda que a vinculação de candidatos com suas respectivas profissões (professores, delegados, enfermeiros, médicos, etc.) seja bastante frequente na política brasileira, essa questão, no caso indígena, pode assumir um contorno específico.

Carreiras de professor acabam por propiciar atuação política em associações e organizações indígenas. Ocupar a posição de “professor” significa (na maior parte das vezes) dispor de prestígio dentro do grupo, bem como de capacidade de influência nas decisões da comunidade.

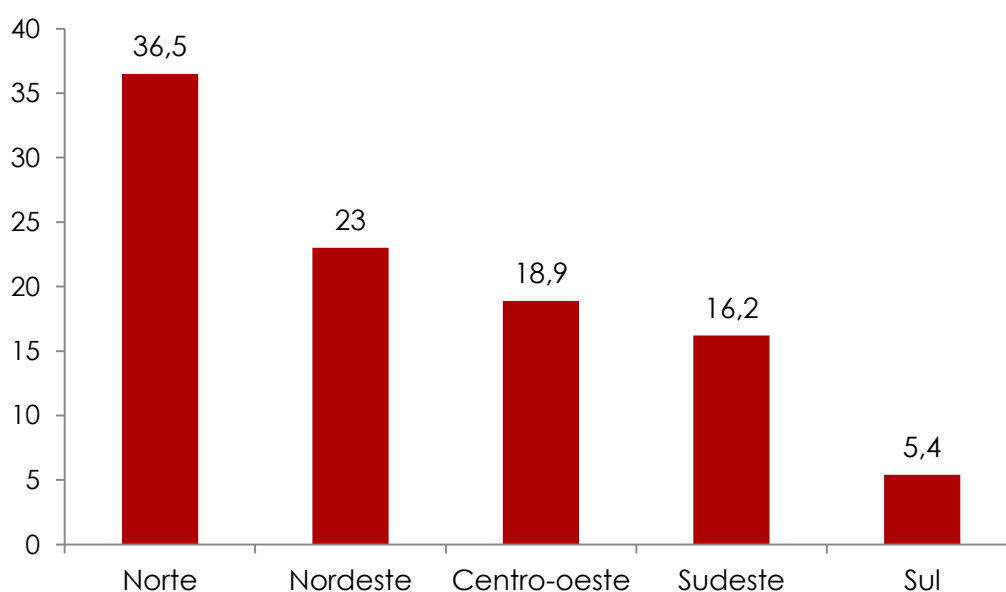
O maior contingente, contudo, é o de trabalhadores. Ele envolve uma infinidade de ocupações com valores sociais (*status*) diferentes: há operários qualificados da indústria (operador de aparelhos de produção industrial, torneiro mecânico), empregados não manuais de escritórios, autônomos, trabalhador rural, empregados do setor do comércio, técnicos. Funcionários públicos é a categoria que vem em segundo lugar. Dos 11, cinco são servidores federais e, desses, a maioria é o PT. Profissionais liberais e portadores de diploma de curso superior compreende desde

administradores, advogado, engenheiro, enfermeiro e pedagogo até um sociólogo (PSOL-MS) e um antropólogo (PV-SP).

IV. De que região eles vêm?

A distribuição das candidaturas pelo País, como é possível observar no Gráfico 1, aponta para concentração de pretendentes nas regiões Norte e Nordeste com respectivamente 36,5% e 23% dos candidatos. Se somadas, ambas as regiões abrigam 60% das candidaturas.

Gráfico 1. Distribuição por estados das candidaturas indígenas em 2014



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil/NUSP

Como se poderia esperar, o Norte do País lançou mais candidatos. Três estados em especial concentraram os números da região: Roraima, com 7 candidaturas, Amazonas, 6 e Pará, 5.

No Nordeste, o estado da Bahia encabeça a lista com sete candidaturas. É interessante lembrar que a região possui uma peculiaridade: os diversos grupos indígenas que lá habitam vêm mostrando um significativo aumento demográfico. Esse processo, que se convencionou chamar de “etnogênese”, vem tomando corpo desde meados dos anos 1970.

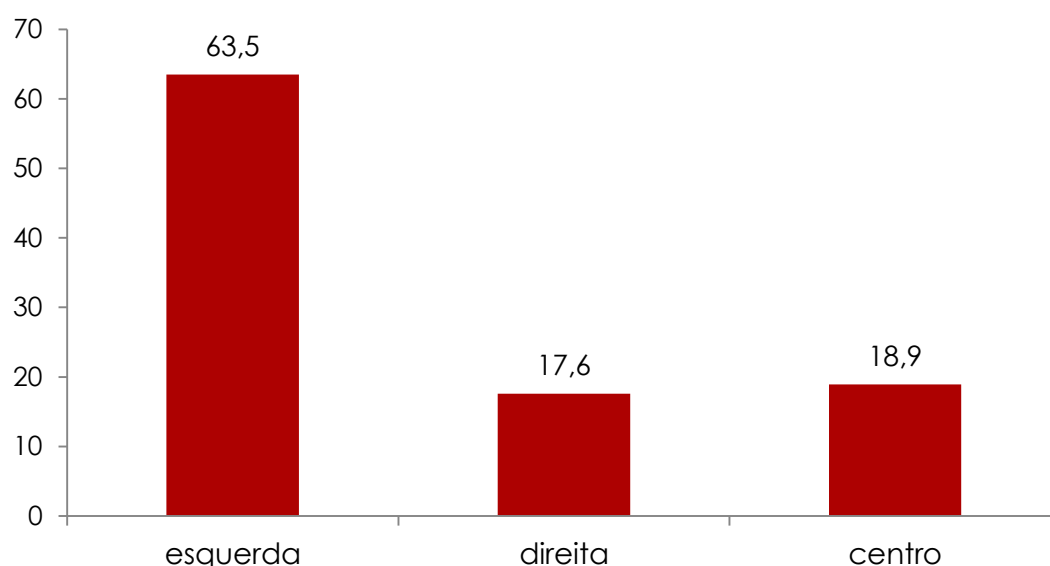
Mato Grosso do Sul, no Centro-oeste, também surge nessa lista com um número significativo de candidaturas: seis. O estado abriga umas das populações indígenas

mais numerosas do país, os Terena¹, com 24.776 indivíduos de acordo com dados de 2009 da FUNASA. Os indígenas do estado habitam pequenas parcelas de território cercadas por grandes fazendas particulares, o que muitas vezes resulta em confrontos armados e mortes da disputa de terras. Pesquisas posteriores podem determinar se os candidatos estão ou não envolvidos nessas disputas. De toda maneira, a maioria deles concorreu por partidos de esquerda (PT, PSOL (2), PSTU, PMDB e PPS).

V. Quais são os seus partidos e as suas “ideologias”?

A maioria dos candidatos está vinculada a partidos de esquerda: 63,5% (47).

Gráfico 2. Distribuição das candidaturas indígenas em 2014 por blocos ideológicos



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil/NUSP

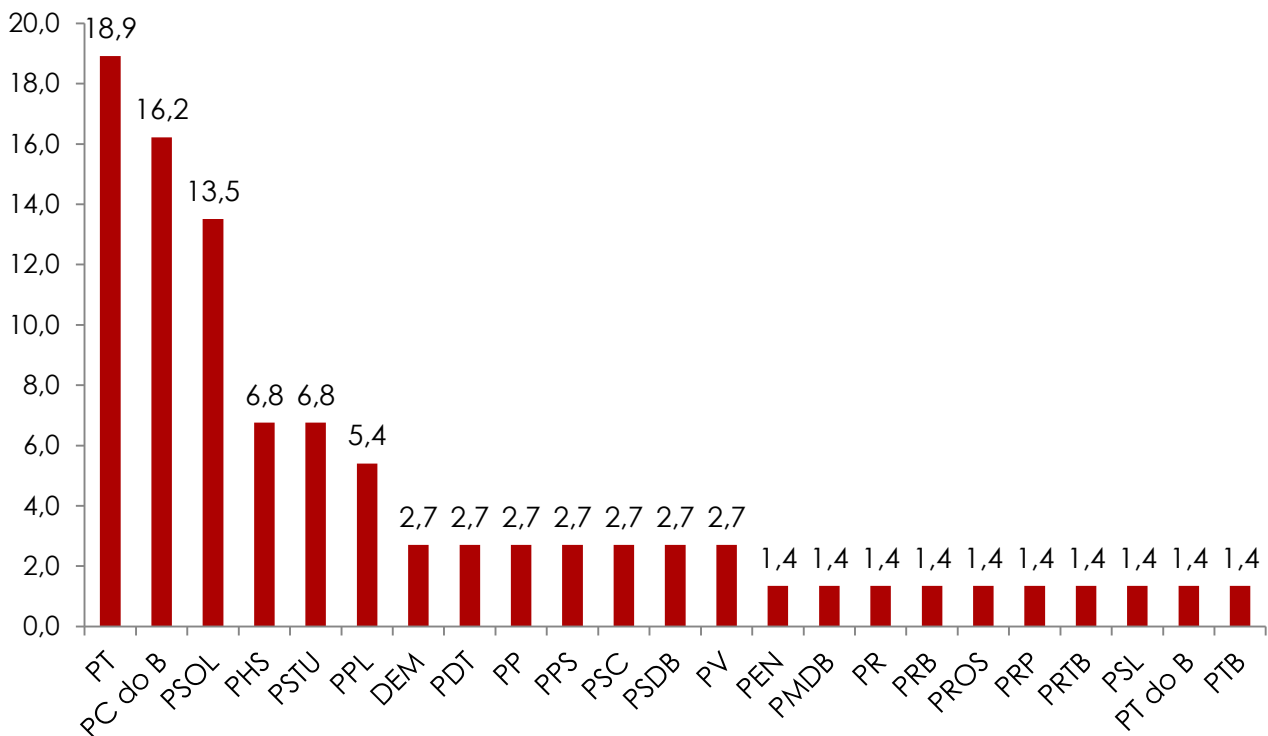
Uma das possibilidades mais óbvias seria supor a existência de uma afinidade política “natural” com essa ideologia.

Ao mesmo tempo, não é possível desconsiderar o número de candidaturas por partidos fisiológicos ou de direita (20 concorrentes). Podemos destacar, a título de exemplo desse perfil de candidato, Matudjo Metuktire, atual vereador por São José do Xingu (Parque Indígena do Xingu), município do Mato Grosso com 5.267 habitantes. Foi eleito pelo PSD em 2012 com 96 votos, ocupando uma das nove cadeiras para a função. Em 2014, pelo PROS, lançou-se para deputado estadual. Não foi eleito, mas conquistou 1.144 votos.

¹ Além dos Terena, lá também habitam Chamacoco, Guarani, Guató, Kadiwéu, Kinikinau e Ofaié.

De toda forma, as 74 candidaturas indígenas estão distribuídas entre 23 diferentes partidos como se pode ver no Gráfico 3.

Gráfico 3. Distribuição por partidos políticos das candidaturas indígenas em 2014



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil/NUSP

Talvez a presença de indígenas em diferentes partidos de ideologias também muito diferentes aponte para o fato de que as escolhas das siglas são contingentes e obedecem mais aos contextos políticos particulares em que cada um está envolvido e/ou às articulações indígenas locais. Essas podem ser fruto da mobilização indígena e indigenista ou do interesse de elites locais em angariar votos indígenas. Igualmente, é preciso considerar uma pluralidade de fatores cambiantes: a relação dos partidos com os governos estaduais, as possibilidades práticas de filiação a uma agremiação e não a outra (até mesmo pela falta de escritórios políticos nas regiões), a relação dos indígenas com o governo local, a estratégia dos partidos e seu território de caça de simpatizantes, filiados, militantes e candidatos, etc.

Nesse sentido, supor que as escolhas pelo partido estão guiadas somente por preferências ideológicas seria desconsiderar todo o contexto sócio-político em que os grupos indígenas (e os partidos) estão imersos.

* Tiemi Costa é mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná e doutoranda em Antropologia pela mesma instituição. Integra o Núcleo de Antropologia do Estado e Relações de Mercado da UFPR (NAPER) e o Núcleo de Estudos Ameríndios também da UFPR (NEA).

** Adriano Codato é professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná e coordenador do **Observatório de elites políticas e sociais do Brasil** (<http://observatory-elites.org/>). Integra o Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP) ao qual o **Observatório** está vinculado.

como citar:

Costa, Tiemi; Codato, Adriano. 2014. As candidaturas indígenas nas eleições gerais de 2014. **Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR**, v.1, n. 6, dezembro. p. 1-12.

Anexo 1. Lista nominal dos candidatos indígenas nas eleições de 2014 no Brasil

2º suplente	deputado distrital	deputado estadual	deputado federal	senador	vice-governador
		Adriel Kokama	Aldenir Wapichana Anastacio Peralta Anisio Guato		
		Antonio Purubora Apostolo Santana Arlete Alves Bilinha Bill Karaja Bruno Felicio Cacique Arua	Cacique Ladio Veron		
		Carol Cruz Cassiana Tormin Cida Cabelereira	Cristina Felix		
		Dr Nonato Guardiao Da Amazonia Eclêmilda Edmissil Eliane Bolo Evodio Vargas Fidelis Baniwa Filipe Skiter India Guerreira	Indio Do Psol Indio Matekin		
		Iranan De Tejucupapo	Irma Hortencia		
		Jacobe Almeida Jarbas Bezerra Joao Bosco Joao Cruz Da Antena	Josefina Almeida Jucilene Barros		
		Justina Ticuna Kate Parkateje	Luci Mari Jorge		
		Manoel Kaxinawa Mario Nicacio Matudjo Metuktire Mecias Junior			

Wilson Ribeiro	Rafael Weree	Miguel Guimaraes Naciel Napolis Menezes Nunes * Paulo Guedes * Paulo Leite Pedro Aibi Pedro Paulino Prof. Pedro Granzer Profª Selma Professor Clidemar Jabuti Professor Sansao Tikuna Professora Juvia Roger Nina Sara Silva Tania A India Teia Mota Victoria Ann Zaqueu Kaingang	Paulo Apurina Professor Edilson Professora Paula Saba Manchinery Silvana Terena Tarcisio Gama Toninha Zilmar Alverita	Professor Claudionor Professor Fortunato	Ronaldo Santos
	Wilma Lima				
1	2	49	19	2	1

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil/NUSP

* eleitos deputado estadual



Normas para colaboração

A **Newsletter do Observatório de elites políticas e sociais do Brasil** aceita somente notas de pesquisa originais. Elas devem apresentar resultados substantivos de pesquisas empíricas a partir da análise de dados e evidências ainda não publicados. As notas de pesquisa devem conter até 2,5 mil palavras. A decisão sobre sua publicação cabe ao Editor a partir da avaliação de dois pareceristas. Os manuscritos submetidos serão avaliados através do sistema duplo-cego.

O resumo das notas de pesquisa deve ser redigido no formato IMRAD (introdução, materiais e métodos, resultados e discussão). O título da nota de pesquisa deve conter até 150 caracteres com espaços. Cada nota de rodapé deve conter no máximo 400 caracteres com espaços. As referências bibliográficas utilizadas serão apresentadas no final da nota de pesquisa, listadas em ordem alfabética obedecendo ao padrão **Harvard autor-data**.

As contribuições devem ser submetidas ao Editor através do endereço eletrônico:

oelites@gmail.com



Copyright© 2014
observatory of brazilian political and social elites
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR

editor: Adriano Codato (ufpr)

conselho editorial: Bruno Bolghesi (unila); Bruno Speck (usp); Cláudio Gonçalves Couto (fgv-sp); Débora Messenberg (unb); Emerson Cervi (ufpr); Ernesto Seidl (ufsc); Flávio Heinz (puc-rs); Frederico Almeida (unicamp); Lucas Massimo (ufpr); Luiz Domingos Costa (uninter/ufpr); Maria Teresa Kerbauy (unesp); Paulo Roberto Neves Costa (ufpr); Pedro Floriano Ribeiro (ufscar); Renato Monseff Perissinotto (ufpr); Samira Kauchakje (puc-pr)

Financiamento: CNPq. Processo n. 477503/2012-8

observatório de elites políticas e sociais do brasil

universidade federal do paraná – ufpr

núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira – nusp

rua general carneiro, 460 sala 904

80060-150, curitiba – pr – brasil

Tel. + 55 (41)33605098 | Fax + 55 (41)33605093

E-mail: oelites@gmail.com ▪ URL: <http://observatory-elites.org/>

One of the purposes of the observatory of elites is to condense knowledge and aggregate scholars in this field of study in Brazil through the sharing of information.

Rights and Permissions

All rights reserved.

The text and data in this publication may be reproduced as long as the source is cited.
Reproductions for commercial purposes are forbidden.

The **observatory of brazilian political and social elites** disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly. The findings, interpretations, and conclusions that they express are those of the authors and not necessarily those of the **observatory of brazilian political and social elites**.

Newsletters are available online at <http://observatory-elites.org/> and subscriptions can be requested by email to oelites@gmail.com.